

PRÁTICAS SOCIAIS DE CAFEICULTORES FAMILIARES DE UMA ASSOCIAÇÃO NO SUL DE MINAS GERAIS

S.P.Pereira, Engenheiro Agrônomo, pesquisador IAC/ Doutorando em Fitotecnia-UFLA, pereiracafes@yahoo.com.br; B.T.Rosa, Bióloga, Bolsista FAPEMIG/UFLA; C.P.Martins, Engenheira Agrícola, Bolsista FAPEMIG/UFLA; D.N.Theodoro, Jornalista, Bolsista Embrapa Café/UFLA; R.J.Guimarães, Engenheiro Agrônomo, Professor da UFLA.

Em um período recente, as questões sociais não eram pauta na produção de café e somente após 2005, com a publicação da NR 31 - Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde do Trabalho na Agricultura, o setor agrícola vem dando a devida atenção aos temas ligados à saúde, higiene e segurança no trabalho rural. Os programas de certificação de cafés sustentáveis, que se baseiam na legislação vigente no país, passaram a exigir a NR 31 como base de suas normas e códigos de conduta. Em contrapartida, os consumidores se mostram cada vez mais exigentes em relação ao tratamento justo de todos os envolvidos no processo produtivo dos produtos agro-alimentares e no caso do café estas exigências são cada dia mais evidentes.

O objetivo do trabalho foi avaliar o perfil de uma associação de cafeicultores familiares em relação às práticas sociais adotadas na produção de café arábica. O objeto de estudo foi a Associação dos Agricultores Familiares de Santo Antonio do Amparo (AFASA), fundada em 2008, apoiada pela Fundação Hanns R. Neumann Stiftung do Brasil, possuindo sede na cidade de Santo Antonio do Amparo, no sul de Minas Gerais.

A pesquisa foi realizada com um questionário estruturado, com perguntas sobre questões sociais que abrangem os aspectos: segurança e saúde do trabalhador, legislação trabalhista, condições de trabalho, moradia e transporte. Um total de 32 cafeicultores (universo total de membros da AFASA na época) participou da pesquisa entre os meses de maio e junho de 2009. Para avaliar os resultados da pesquisa foi utilizado o software SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*).

TABELA 1: PRÁTICAS SOCIAIS – AFASA	NÃO	PARCIAL	SIM
1. O local de trabalho é adequado em relação à segurança	64,5%	22,6%	12,9%
2. São fornecidos aos trabalhadores agricultores familiares EPI adequado	28,1%	9,4%	62,5%
3. Monitora e exige o uso de EPI, quando necessário	56%		44%
4. Lava o(s) EPI(s) separado(s) de outras roupas?	28,1%	6,3%	65,6%
5. Os agricultores familiares e trabalhadores São capacitados/treinados para cada função que exercem	28,6%	25%	46,4%
6. Proibi o(s) trabalhador (es) de participar e/ou filiar a associações/sindicatos	100%		
7. Discrimina seus trabalhadores	100%		
8. O nível salarial está de acordo com a legislação	100%		
9. Os trabalhadores têm acesso a água potável?	6,3%		93,8%
10. Os trabalhadores têm acesso a instalações sanitárias adequada	10%	13,3%	76,7%

Analisando os aspectos da saúde e segurança do trabalhador, observou-se que o local de trabalho está adequado para a segurança dos agricultores em 13% das propriedades, sendo fornecidos equipamentos de proteção individual (EPI'S) em 62,5% dos casos. O monitoramento para verificar o uso correto do EPI no dia-dia do produtor é realizado em apenas 44% das propriedades. Os agricultores possuem o cuidado de lavar os equipamentos de segurança separados de outras roupas em 65,6% dos casos, sendo capacitados para a função que exercem em apenas 46% das propriedades. Vale destacar que pelo perfil dos cafeicultores ligados à AFASA, de base familiar, a grande parte da mão de obra utilizada é proveniente do próprio cafeicultor e sua família.

Em relação à legislação trabalhista, os exames médicos anuais exigidos por lei são realizados por 6,3% dos cafeicultores. Não foi relatado nenhum tipo de discriminação de raça, orientação sexual ou nacionalidade. O nível salarial está condizente com a legislação em 100% das propriedades. As exigências legais do transporte são respeitadas em 85% das propriedades. Em 94% das casas existe acesso a água potável. Os cafeicultores possuem instalações sanitárias adequadas em 78% das casas.

Os cafeicultores familiares da associação AFASA, apresentam pontos a melhorar em relação às exigências dos aspectos avaliados. O incentivo ao tratamento justo e igualitário para os colaboradores rurais e para os próprios familiares são de grande importância para mercado consumidor, cada vez mais preocupado com as questões sociais envolvidas na produção de alimentos.

A associação é bem organizada e possui o apoio de uma fundação disposta a colaborar na mudança de perfil dos produtores. A agricultura familiar precisa de incentivo e apoio, sendo de fundamental importância iniciativas do setor público e privado.

